

## Avaliação e produtivismo na universidade



Por **DANICHI HAUSEN MIZOGUCHI\***

*A celebração das notas da CAPES diante do estrangulamento orçamentário revela a contradição obscena de uma universidade que internalizou o produtivismo neoliberal como nova liturgia acadêmica*

### 1.

No dia 12 de janeiro de 2026, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) divulgou os resultados preliminares de sua avaliação quadrienal. Trata-se de um marco relevante para o sistema de pós-graduação brasileiro, já que influencia diretamente no reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado e, consequentemente, das universidades.

O processo mensura o desempenho dos programas a partir de critérios como produção científica, formação de novos pesquisadores, impacto social e internacionalização, dentre outros, e, a partir disso, atribui notas que vão de 1 a 7.

Porém, a avaliação não é apenas um diagnóstico técnico: é um ritual de consagração e exclusão em que programas sobem ao altar enquanto outros são empurrados para a penumbra administrativa. Apenas programas com nota igual ou superior a 4, por exemplo, estão aptos à formação de doutores.

Programas com nota mais alta - entre 6 e 7 - tendem a ter mais recursos, bolsas, visibilidade e parcerias, enquanto programas com nota mais baixa enfrentam menos financiamento, menor atratividade e maior pressão por reestruturação. A avaliação decide quem respira, quem agoniza, quem merece existir - define hierarquias, condiciona verbas e orienta carreiras. Sob a retórica da excelência e o suposto ascetismo dos indicadores, distribui-se prestígio como quem distribui oxigênio.

Como não poderia deixar de ser, a comunidade acadêmica reagiu à divulgação com ansiedade - em alguns casos com frustração, em outros com euforia e, em quase todos, com uma pontinha de servilismo institucional. O rito se repetiu sem surpresas: assim que os resultados foram publicizados, universidades e programas bem-sucedidos correram às redes para exibir suas notas como se fossem medalhas.

Nas postagens, os avatares institucionais celebraram orgulhosamente a própria qualidade acadêmica. O aplauso defronte ao espelho ecoou alto, talvez para abafar o barulho do desmonte.

Pouco menos de um mês antes, em 19 de dezembro de 2025, o Congresso Nacional aprovava a Lei Orçamentária Anual para 2026, amputando quase meio bilhão de reais das universidades federais: o orçamento da educação encolheu, a assistência estudantil foi mutilada e as agências de fomento perderam recursos destinados a bolsas e pesquisa. Em outras palavras: menos estudantes pobres poderão permanecer na universidade, menos pesquisas poderão ser feitas, menos ciência será produzida.

O contraste é obscuro: enquanto se comemoram notas e rankings quase individualmente, a base material da universidade pública é sistematicamente corroída – e a recomposição orçamentária assinada por Lula no dia 20 de janeiro não é capaz de alterar o roldão histórico. Celebra-se a avaliação enquanto se aceita com naturalidade o estrangulamento: a festa acontece no convés de uma embarcação cujo casco faz água. A festa acontece sob luz artificial – e, do lado de fora, o madeirame range.

## 2.

Em janeiro de 2021, sob o pseudônimo de Benamê Kamu Almudras, um professor identificado apenas como docente de uma universidade pública de São Paulo publicou na revista *Piauí* um ensaio intitulado “Parece revolução, mas é só neoliberalismo”. A peça causou certa polêmica – e uma série de réplicas foi publicada na sequência.

Partindo de um punhado de situações concretas ocorridas em salas de aula de graduação e pós-graduação em diversas regiões do Brasil, o texto argumenta que muitos discursos e práticas apresentados como revolucionários deslocam a ideia de transformação estrutural para o plano individual – empreendedor, autônomo, inovador – e, assim, mesmo que sob um verniz transformador, apenas e tão somente reforçam a lógica neoliberal: menos evidente, mais sedutora, mais palatável – mas, ainda assim, e quicá ainda mais, neoliberal.

Benamê Kamu Almudras apontava duas virulentas ofensivas neoliberais simultâneas contra a universidade pública. À direita, o ataque frontal: cortes de verbas, demonização do serviço público, hostilidade à inclusão social realizada em especial com a implementação da política de cotas. À esquerda, a transformação do estudante em consumidor, da sala de aula em espaço de satisfação mercadológica, do professor em prestador de serviços, da educação em distribuição de diplomas.

Dentre outras coisas, o artigo talvez tenha incomodado por dizer algo quase indizível: que parte significativa da universidade que compreende a si mesma como crítica já não resiste ao neoliberalismo – ela o atualiza com gosto e gozo narcísico e midiático. Para usar um termo freudiano, o texto operava uma ferida narcísica: a denúncia de que parte significativa do discurso crítico universitário não apenas convive com o neoliberalismo, mas funciona como sua versão mais sofisticada, em nova maquiagem, novo vocabulário e nova estética que contribuem para uma universidade crítica perfeitamente adaptada à lógica privatista do mercado.

Pierre Dardot e Christian Laval definiram o neoliberalismo como uma racionalidade política global que reorganiza o Estado, a economia, as instituições e, sobretudo, as formas de subjetivação. Como disse Margaret Thatcher em uma de suas frases mais célebres, *economics are the method: the object is to change the soul*. Nesta chave de leitura, o neoliberalismo não se limita a privatizar empresas ou cortar direitos, mas também conduz os sujeitos a pensarem-se como empreendimentos que devem constantemente valorizar a si mesmo no mercado – seja ele qual for.

Ou seja, na leitura dos Pierre Dardot e Christian Laval, mas também de Margaret Thatcher, o neoliberalismo não governa apenas economias — governa almas sob uma norma concorrencial universal.

Assim, cada indivíduo torna-se uma empresa portátil que carrega seu CNPJ subjetivo, calcula seus investimentos e administra seus fracassos. O trabalhador metamorfoseia-se em capital humano, a vida vira portfólio e os direitos tornam-se performance. Byung-Chul Han descreveu com precisão essa mutação: o sujeito neoliberal não precisa mais ser oprimido, pois explora a si mesmo voluntariamente.

## 3.

Em *A Muralha da China*, Franz Kafka descreve uma obra monumental construída em fragmentos intervalados e separados por longas distâncias. Gilles Deleuze e Felix Guattari viram nela o retrato de um poder que já não se apresenta como unidade, mas como rede de microcomandos. Para a dupla de franceses, a muralha deve ser entendida como um dispositivo

político que revela a fragmentação do poder imperial – e é nessa astúcia que está sua força.

O imperador não é uma autoridade plenamente presente, mas uma figura distante, quase inexistente, que opera mais como um significante vazio do que como um soberano efetivo. O poder não se concentra no topo, mas se espalha em uma rede burocrática que atravessa os corpos e as práticas cotidianas.

Assim, a obediência não decorre de ordens claras, mas de uma adesão difusa a um sistema incompreensível – fato que reforça a dimensão imanente e impessoal do poder. O império não domina por uma presença forte, e sim por uma organização difusa que captura os indivíduos em um trabalho interminável e sem sentido totalizável.

Sob o neoliberalismo, a universidade se parece cada vez mais com essa muralha. A coletividade política se transforma em um conjunto de indivíduos-consumidores e se perde a ideia de que a universidade é um serviço público dedicado ao ensino, à pesquisa e à extensão. A educação pública passa a funcionar como uma empresa mal disfarçada, e produz produtividade compulsiva, avaliações permanentes, comparação generalizada e culpa constante.

Karl Marx já havia diagnosticado essa condição em sua gigantesca cartografia do capitalismo: trabalho alienado é aquele em que o trabalhador já não se reconhece no que produz. Academicamente, a alienação assume um verniz elegante e intelectual: publica-se em série artigos que ninguém lê, pesquisas que ninguém debate, participa-se de congressos que ninguém lembra – mas que contam para deixar o lattes mais parrudo e o perfil nas redes com mais engajamento.

Tudo vira *post*, nada permanece: o *paper* vira mercadoria, o currículo vira fetiche, o pesquisador vira gerente – e a solidez se desmancha no ar da lógica competitiva de mercado em sua mais radical pureza.

#### 4.

No final de novembro de 1998, quando a greve dos docentes das universidades federais completava quase cem dias, Fernando Henrique Cardoso afirmou: “Se a pessoa não consegue produzir, coitada, vai ser professor. Então fica a angústia: se vai ter um nome na praça ou se vai dar aula a vida inteira e repetir o que os outros fazem”. A frase não foi um deslize: foi um sintoma.

A separação retórica entre o professor e o pesquisador era o início de uma era em que nunca se exigiu tanto que o professor produzisse em vastas quantidade e nunca se ofereceu tão pouco tempo para pensar. No enunciado do presidente da república, nenhuma crítica às condições estruturais da universidade brasileira e a dificuldade que impunham à pesquisa – e, assim, também à formação de um pensamento acadêmico nacional consistente apto a disputar com os centros mais ricos do mundo.

À guisa de contraexemplo, veja-se as regras do *Collège de France*, onde lecionaram nomes como Michel Foucault, Claude Lévi-Strauss, Georges Canguilhem e Roland Barthes. De acordo com o regulamento da instituição os docentes devem expor a cada ano uma pesquisa nova e original, o que os obriga a sempre renovar o conteúdo do seu ensino, que não pode se repetir de um ano para o outro.

Todavia, os professores têm a obrigação de dar apenas 26 horas de aula por ano. De praxe, nas universidades federais brasileiras, a obrigação é de 8 horas semanais – o que totaliza quase dez vezes mais do que a parisiense.

Aqui, ao contrário, demanda-se produção sem dispor institucionalmente de tempo. Assim, a imaginação é reduzida a performance mensurável das quantidades. O professor pesquisador passa a ter como matéria-prima de sua labuta a autopromoção asseverada em formulários online, repositórios, assinaturas digitais, editais.

Citações-moeda, relatórios-capital simbólico, o tempo quadrienal em que livros valem menos que artigos e ideias só importam se indexada na lógica estatística – indexação e estatística, pasmem, saudados pela própria maquinaria

universitária.

Houve um tempo em que, ao menos por parte das fileiras progressistas, o produtivismo acadêmico era criticado abertamente. “Capestalismo” era o neologismo utilizado para relacionar a agência do Estado à lógica extrativista do capital. Hoje, o que se vê, em boa parte destas mesmas fileiras, é adesão entusiasmada. Com seus avatares exibicionistas, a universidade converte a própria submissão em capital simbólico. Talvez esse seja o sinal mais claro da derrota.

Quando a crítica vira performance, quando a avaliação vira festa, quando a muralha é saudada como conquista, já não se trata apenas e tão somente de falta de recursos ou de políticas equivocadas. Trata-se de algo mais grave: a incorporação alegre da própria servidão – mensurada, sorridente e postada em alta resolução.

**\*Danichi Hausen Mizoguchi** é professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

**a terra é redonda**  
**existe graças aos nossos leitores e apoiadores**  
**Ajude-nos a manter esta ideia.**  
CLIQUE AQUI  **CONTRIBUA**